

Desemprego



# Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano

MARCIO POCHMANN<sup>1</sup>

## Apresentação

A LITERATURA especializada na temática do mercado de trabalho pode ser separada em dois grupos de abordagens teóricas principais.<sup>1</sup> Um primeiro mais associado à natureza microeconômica que identifica o funcionamento do mercado de trabalho determinado por sua própria dinâmica, enquanto outra abordagem teórica relaciona mais o comportamento geral do mercado de trabalho ao ritmo de expansão do conjunto da economia como um todo.

Neste artigo, por adotar a segunda abordagem teórica como referência, em especial as contribuições de J. M. Keynes e M. Kalecki, parte-se do pressuposto de que o nível de emprego da força de trabalho na economia encontra-se determinado pela demanda agregada. Ou seja, a dimensão do desemprego no interior do mercado de trabalho é resultante da insuficiência geral de demanda efetiva na economia nacional e não do custo elevado de contratação da mão de obra elevado (salário real).

Em razão disso, procura-se, nas páginas a seguir, descrever o impacto recente no mercado de trabalho, fundamentalmente no desemprego, das políticas governamentais de ajuste econômico adotadas desde o final do ano 2014. Como se sabe, a questão do ajuste da economia brasileira se colocou de forma mais intensa durante as eleições presidenciais do ano passado.

Na época, a desaceleração da economia brasileira combinada com a desoneração fiscal contribuía decisivamente para o esvaziamento da arrecadação tributária, implicando aumento da relação entre a dívida bruta do setor público consolidado e o Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 53,3% para 58,9% do PIB entre 2013 e 2014, após ter decrescido 2,7% entre 2013 e 2012.

Para estancar a ascensão relativa do endividamento público, setores da oposição defendiam a adoção de um choque fiscal, com elevação do superávit primário para mais de 3% do PIB. O governo apontava para medidas graduais, sem alteração das políticas fiscais e monetárias.

A troca da equipe econômica no início do segundo mandato do governo Dilma Rousseff foi acompanhada da redução inicial da meta de superávit primário para o ano 2015 de 2,5% (R\$ 143,3 bilhões) para 1,2% (R\$ 66,3 bilhões)

do PIB. Ao mesmo tempo, medidas contraditórias de ajuste fiscal e monetário foram implementadas, com o corte dos gastos operacionais (áreas sociais e de investimento) e a elevação das despesas financeiras (aumento dos juros e *swaps* cambiais). Sem contar com maior arrecadação tributária, a meta de superávit fiscal terminou sendo mais uma vez diminuída para 0,15% do PIB (R\$ 8,7 bilhões).

Nos primeiros sete meses de 2015, por exemplo, a receita primária do governo federal decresceu em termos reais 3,7%, enquanto a despesa primária líquida aumentou 0,4%. Para o mesmo período de tempo em 2014 (janeiro a julho), a arrecadação da União diminuiu 0,5%, ao passo que o gasto primário havia subido 4,1%.

Apesar do esforço governamental, a relação entre a dívida pública e o PIB continuou a aumentar. Em relação ao PIB, o endividamento bruto do setor público passou de 59,8% para 64,6% entre janeiro e julho de 2015.

A principal razão disso se deve à recessão, que fomentada pela forte elevação dos juros, que não freou a inflação, contribuiu tanto para o crescimento do endividamento público como para a menor arrecadação tributária. Mesmo com o contingenciamento dos gastos públicos, o superávit fiscal não apareceu.

Torna-se por demais complexo o êxito possível do ajuste fiscal e monetário no quadro recessivo. Isso porque o corte no gasto público contrai o nível de atividade da economia, reduzindo a arrecadação de impostos, taxas e contribuições, o que exige nova rodada de contenção das despesas públicas e leva, na sequência, a mais retração simultânea no nível de produção e na arrecadação governamental. O resultado final deságua na recessão com desajuste fiscal.

Ademais dos efeitos sobre as contas públicas derivados da contração da economia, ganha relevância o impacto sobre o comportamento do mercado de trabalho. Por conta disso, o presente estudo, ao concentrar análise sobre o desemprego, busca, na primeira parte, explicitar as principais alterações no rendimento e emprego da mão de obra no interior do mercado de trabalho do Brasil metropolitano<sup>2</sup> diante da retração na economia nos primeiros meses de 2015.

A segunda parte trata de descrever as características principais do aumento recente do desemprego. Isto é, se há segmentos mais protegidos ou mais vulneráveis no mercado de trabalho metropolitano do país em plena recessão da economia nacional.

Por fim, na terceira parte, os momentos principais de adoção de políticas de ajustes econômicos e seus reflexos iniciais no desemprego são considerados. Dessa forma, objetiva-se considerar o ano 2015 – em maior ou menor medida – relacionado a situações equivalentes no Brasil registradas nos últimos 35 anos.

As informações empíricas sistematizadas ao longo do estudo têm como fonte primária o IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego (PME). Não obstante mudanças metodológicas registradas na PME ao longo do tempo busca-se compatibilizá-las, sempre que possível, para permitir registrar situações de recessão com o comportamento do mercado de trabalho do Brasil metropolitano.

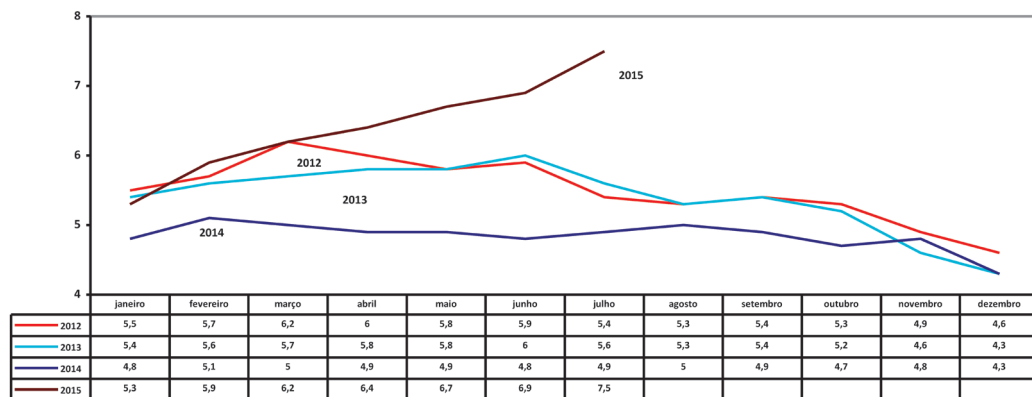
## Ajuste de salário ou emprego?

Nesta primeira metade da década de 2010, o ano de 2015 pode ser compreendido com um ponto de inflexão no comportamento do mercado de trabalho. Após vários anos de trajetória de queda, a taxa de desemprego do Brasil metropolitanamente vem seguindo continuamente desde o início de 2015, chegando a ser 41,5% superior no mês de julho em comparação a janeiro. A comparação entre os mesmos meses em 2014 foi de 2,1% maior, de 3,7% em 2013 e de -1,8% em 2012.

A trajetória recente distinta na taxa de desemprego do conjunto das seis principais regiões metropolitanas do Brasil apontado pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE expressa a mudança mais geral registrada na economia nacional. Também segundo informações das contas nacionais reveladas também pelo IBGE, a variação do PIB no primeiro semestre de 2015 foi -2,1% inferior ao mesmo período de 2014.

Diante disso, a trajetória de evolução do mercado de trabalho foi significativamente modificada. Não apenas o desemprego voltou a crescer rapidamente, como também o salário médio dos ocupados perdeu poder aquisitivo nos primeiros sete meses de 2015.

Gráfico 1 – Brasil metropolitanamente: evolução da taxa mensal de desemprego desde 2012 (em %)

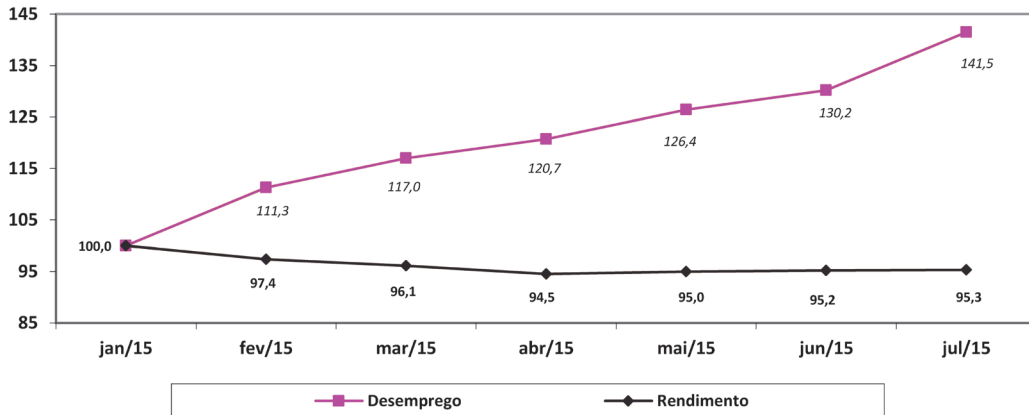


Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Ocorre, contudo, que as mudanças no comportamento do mercado de trabalho foram mais fortes na taxa de desemprego que na evolução do salário médio real dos ocupados. Nos primeiros sete meses de 2015, o salário médio real decaiu 4,7%, enquanto a taxa de desemprego subiu 41,5%.

Em síntese, a adoção das políticas de ajuste provocou a recessão da economia nacional, tendo, por consequência, maiores implicações sobre a quantidade da mão de obra ocupada do que os salários recebidos pelos trabalhadores.

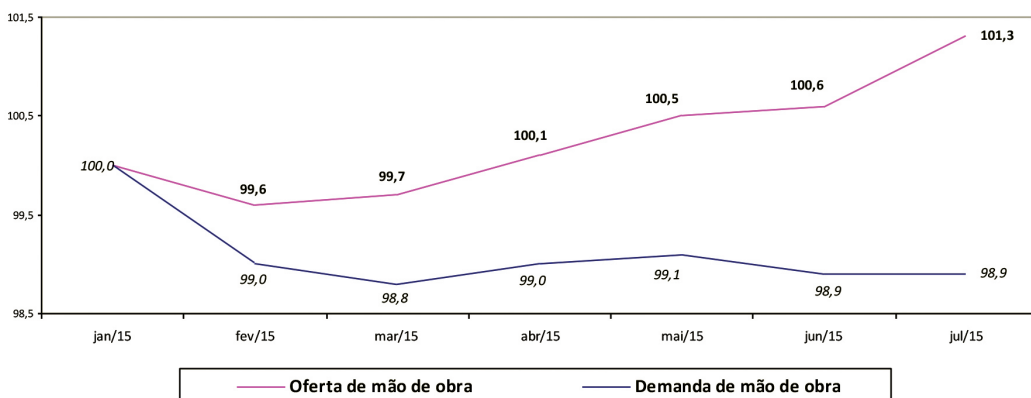
Gráfico 2 – Brasil metropolitano: evolução mensal do índice do rendimento médio real dos ocupados e da taxa de desemprego (Janeiro = 100)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Apenas nos primeiros sete meses de 2015, por exemplo, a demanda por mão de obra, identificada pela evolução da população ocupada no Brasil metropolitano, caiu 1,1%. No mesmo período de tempo, a oferta de mão de obra, identificada pelo comportamento da população economicamente ativa, aumentou 1,3%.

Gráfico 3 – Brasil metropolitano: evolução dos índices da população ocupada (demanda de mão de obra) e da população economicamente ativa (oferta de mão de obra) em 2015 (janeiro = 100)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Assim, o crescimento da taxa de desemprego resultou tanto da expansão da força de trabalho como da queda no nível de ocupação dos trabalhadores, embora mais intensamente influenciada pela elevação da população economicamente ativa. Isso porque nos primeiros sete meses de 2014, a variação tanto da população ocupada foi negativa 0,7% como a da população economicamente ativa foi 0,5%.

## Características do desemprego recente

A discrepância entre a evolução da demanda e oferta de trabalhadores disponíveis no interior do mercado de trabalho expressa o crescimento recente do desemprego no Brasil metropolitano, cuja determinação encontra-se associada à recessão na economia nacional. A queda no nível de atividade no ano 2015 vem acompanhada da redução da quantidade de ocupados e do rendimento médio real recebido pelos trabalhadores.

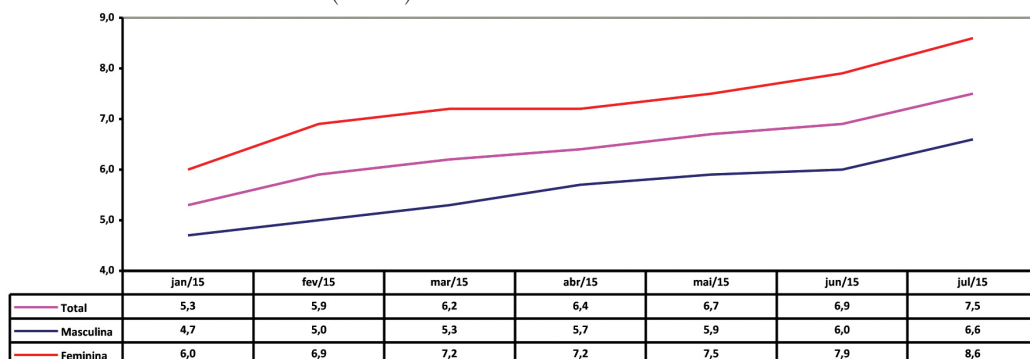
Diante do rebaixamento da renda dos ocupados tende a ocorrer o maior acirramento da competição entre os trabalhadores gerado tanto por aqueles que perdem o emprego como pelos novos ingressantes no interior do mercado de trabalho. Em geral, a procura por trabalho sofre um impulso maior em decorrência do movimento de solidariedade impulsionado no interior dos domicílios pela diminuição da renda média familiar *per capita*, ao contrário de quando o desemprego é menor e o salário mais alto que permite estimular o ingresso de jovens mais tardiamente.

Entre 2003 e 2013, por exemplo, cerca de cinco milhões de jovens brasileiros postergaram a entrada no interior do mercado de trabalho após terem alcançado 16 anos de idade. Na maior parte das vezes, a possibilidade de ampliar a escolaridade motiva a procura mais tarde por um emprego.

Por conta disso, o aumento do desemprego tende a não ser homogêneo entre os trabalhadores. Características importantes podem ser, em geral, observadas.

Nos primeiros sete meses do ano 2015, por exemplo, a taxa de desemprego cresceu relativamente mais para as mulheres (43,3%) do que para os homens (40,4%). Com isso, a taxa de desemprego feminina que era 27,7% superior à masculina em janeiro de 2015 passou a ser 30,3% em julho do mesmo ano.

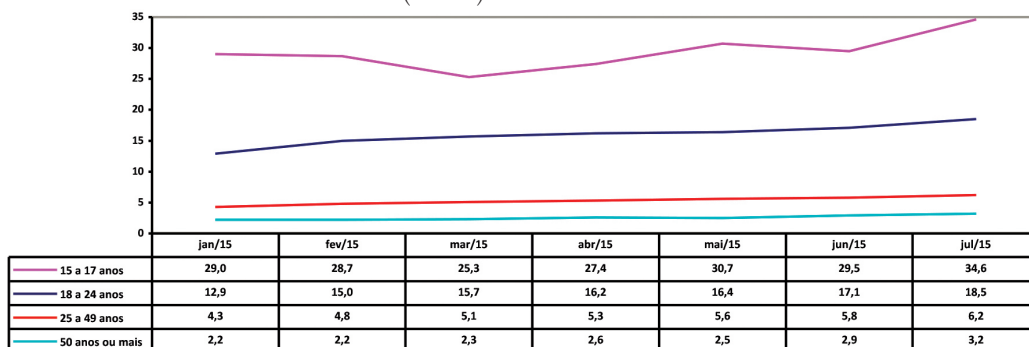
Gráfico 4 – Brasil metropolitano: evolução mensal da taxa de desemprego segundo gênero em 2015 (em %)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Do mesmo modo, constata-se a evolução diferenciada da taxa de desemprego segundo a faixa etária dos desempregados nos primeiros meses de 2015. Enquanto o desemprego cresceu menos para a faixa etária de 15 a 17 anos (19,3%), registra-se a maior elevação à medida que avança a idade.

Gráfico 5 – Brasil metropolitano: evolução mensal da taxa de desemprego segundo faixa etária em 2015 (em %)



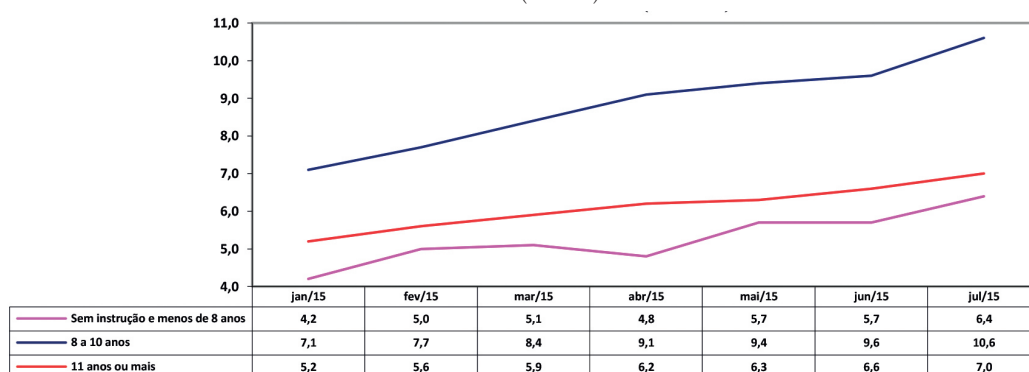
Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Para trabalhadores de 50 anos e mais de idade, a taxa de desemprego aumentou 45,4% entre janeiro e julho de 2015. Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 49 anos, o crescimento da taxa de desemprego foi de 43,4% e 44,2%, respectivamente.

Em relação ao grau de escolaridade, nota-se que a trajetória recente do desemprego tem sido mais intensa inversamente ao aumento dos anos de estudos. Assim, por exemplo, a taxa de desemprego cresceu 34,6% para os trabalhadores de 11 e mais anos de escolaridade entre os meses de janeiro e julho de 2015.

Para os trabalhadores com até 8 anos de escolaridade, a taxa de desemprego cresceu 52,4% no mesmo período de tempo. Entre os trabalhadores de 8 a 10 anos de estudos, a taxa de desemprego aumentou 49,3%.

Gráfico 6 – Brasil metropolitano: evolução mensal da taxa de desemprego segundo anos de escolaridade em 2015 (em %)



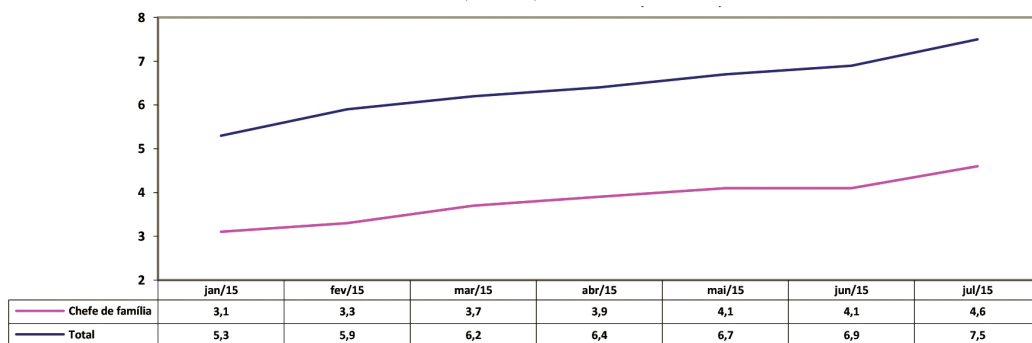
Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).



Percebe-se, portanto, que as mudanças no interior do mercado de trabalho se apresentam mais desfavoráveis aos trabalhadores com menor escolaridade. Impacto direto, em certa medida, dos setores de atividade econômica que mais demitiram mão de obra neste início de 2015 por força da recessão.

Também em relação à condição de chefe de família, a taxa de desemprego se apresentou mais intensa que em relação ao conjunto dos ocupados, sobretudo não chefes de família. Enquanto o total da taxa de desemprego aumentou 41,5% entre os meses de janeiro a julho de 2015, a taxa de desemprego dos trabalhadores chefes de família cresceu 16,6% a mais (48,4%).

Gráfico 7 – Brasil metropolitano: evolução mensal da taxa de desemprego total e do chefe de família em 2015 (em %)

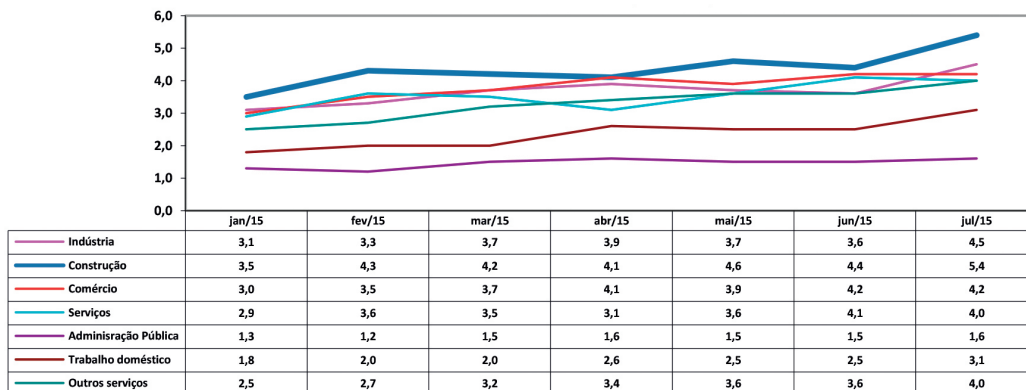


Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Nesse sentido, nota-se que a maior intensidade do desemprego entre os chefes de família encontra-se interligada ao próprio crescimento das demissões entre os trabalhadores de maior faixa etária. Mesmo assim, a taxa de desemprego no Brasil metropolitano segue bem mais elevada para trabalhadores situados na faixa etária de menor idade.

A taxa de desemprego segundo setores de atividade econômica se apresentou diferenciada ao longo dos primeiros sete meses de 2015. O desemprego cresceu mais acentuadamente para os setores de atividade econômica que absorvem o trabalho doméstico (72,2%), a construção civil (54,3%) e a indústria (45,2%).

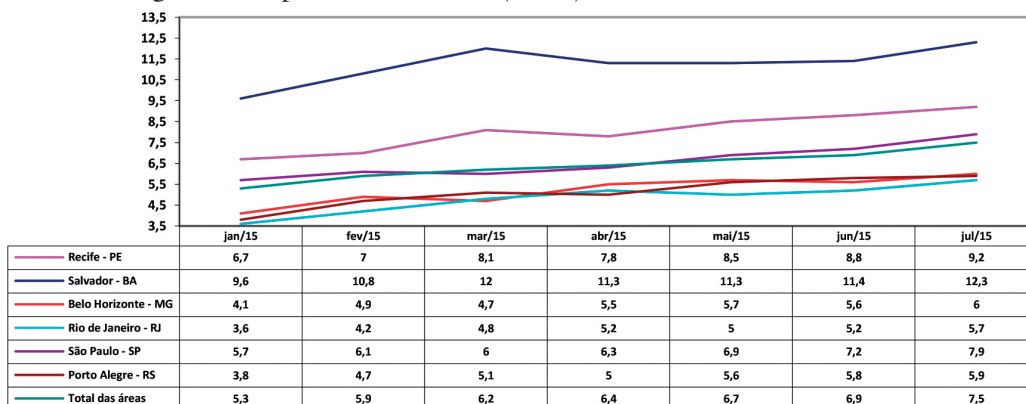
Gráfico 8 – Brasil metropolitano: evolução mensal da taxa de desemprego segundo setor de atividade em 2015 (em %)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Nos demais setores econômicos, a taxa de desemprego evoluiu menos intensamente. Destacam-se, por exemplo, os setores da administração pública (23,1%), dos serviços privados (37,9%) e do comércio (40%).

Gráfico 9 – Brasil metropolitano: evolução mensal da taxa de desemprego segundo região metropolitana em 2015 (em %)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

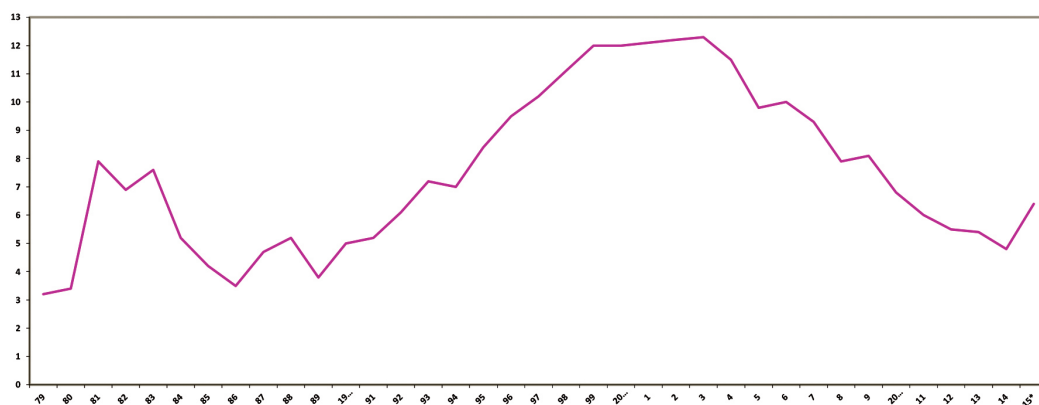
Por fim, observa-se a evolução diferenciada da taxa de desemprego entre as seis principais regiões metropolitanas durante os primeiros sete meses do ano. Nas regiões metropolitanas de Salvador (28,1%), Recife (37,3%) e São Paulo (38,5%) a taxa de desemprego cresceu menos que no Rio de Janeiro (58,3%), Porto Alegre (55,3%) e Belo Horizonte (46,3%).

## Política de ajuste econômico e desemprego nos últimos 35 anos

A partir do final de 2014, a política econômica mudou de rumo, invertendo a trajetória do desemprego. Apesar da crise de dimensão global iniciada em 2008, a taxa de desemprego no Brasil metropolitano se manteve decrescente entre 2004 e 2014, sobretudo com a adoção de medidas anticíclicas.

Ao se considerar os últimos 35 anos, podem ser constatados dois momentos temporais importantes em relação às alterações substanciais na estrutura da economia nacional e, por consequência, na taxa de desemprego no Brasil metropolitano. O primeiro momento é verificado durante a crise da dívida externa entre 1981-1983, e o segundo ocorrido na década de 1990, quando da integração passiva da economia nacional à globalização financeira.

Gráfico 10 – Brasil metropolitano: evolução da taxa de desemprego (em %)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria); \*média dos sete primeiros meses.

Na crise da dívida externa, a opção pelo programa de ajuste exportador interrompeu o ciclo de expansão iniciado nos anos 1930 comandado pela industrialização do mercado interno. A recessão entre os anos 1981 e 1983 gerou desemprego urbano de grandes proporções, sem que os trabalhadores contassem com mecanismos de proteção social, como o seguro-desemprego, implantado somente em 1986. A saída da recessão, a partir de 1984, permitiu ao país reduzir a taxa de desemprego e mantê-la relativamente baixa até o final da década de 1980.

Nos anos 1990, a adoção do programa neoliberal de ajuste econômico orientado pelo Consenso de Washington levou à explosão da taxa de desemprego no Brasil. Com a recessão entre 1990 e 1992, acrescida das medidas de abertura financeira, comercial, produtiva e trabalhista, a economia nacional conheceu trajetória de desemprego jamais vista até então.

Na crise do Plano Real entre os anos 1998 e 1999, o ajuste econômico estabelecido trouxe efeitos ainda maiores para o comportamento da taxa de desemprego. O alto patamar do desemprego no Brasil metropolitano seguiu ainda até o ano 2003.

Somente a partir de 2005 que a taxa de desemprego perseguiu o sentido de queda, ainda que levemente interrompido momentaneamente pela manifestação da crise de dimensão global em 2008. A reversão das políticas de corte neoliberal possibilitou reduzir sensivelmente o desemprego, bem como recuperar o movimento de estruturação do mercado de trabalho no Brasil.

Mas diante das políticas de ajuste econômico, conforme observado em 2015 em que fez reaparecimento a recessão, interessa conferir a intensidade dos efeitos sobre o mercado de trabalho, sobretudo o comportamento da taxa de desemprego. Dessa forma, utiliza-se como referência a evolução do índice que mede a taxa de desemprego no Brasil metropolitano nos primeiros seis meses de adoção das políticas de ajuste econômico.

Gráfico 11 – Brasil metropolitano: evolução mensal do índice que mede a taxa de desemprego nos seis primeiros meses após a adoção de políticas de ajuste econômico (mês base = 100)



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria).

Pela comparação dos seis primeiros meses de aplicação dos programas de ajuste econômicos em cinco momentos temporais distintos entre os anos 1980 e 2015, percebe-se que a recessão de 1990 foi a mais grave na elevação inicial do desemprego. A taxa de desemprego no Brasil metropolitano cresceu acumuladamente em apenas seis meses quase 108%.

O segundo momento inicial mais grave em termos de ampliação do desemprego se deu em razão das medidas de ajuste econômico implantadas a partir de 1999 durante a crise do Plano Real. Nos primeiros seis meses, a taxa de desemprego no Brasil metropolitano acumulou aumento de 63,2%.

Como terceiro momento de ajuste econômico considerado, identifica-se o ano 2015 com maior intensidade na elevação do desemprego. Em apenas seis meses, a taxa de desemprego do Brasil metropolitano subiu acumuladamente 60,5%.

No quarto momento de adoção de medidas de ajuste econômico encontra-se a recessão iniciada em 1981. Os primeiros seis meses acusaram aumento acumulado na taxa de desemprego do Brasil metropolitano de 47,4%.

A crise de dimensão global que começou em 2008 corresponde ao quinto momento de adoção de políticas de ajuste econômico. Os seus efeitos sobre o mercado de trabalho foram relativamente baixos, uma vez que a taxa de desemprego do Brasil metropolitano nos seis primeiros meses acumulou aumento de menos de 3%.

### **Considerações finais**

De acordo com as páginas anteriores, o aumento recente na taxa de desemprego no Brasil metropolitano encontra-se diretamente determinado pela adoção das políticas de ajuste econômico que levaram à recessão. Pela intensificação do desemprego nestes primeiros meses, o ano 2015 se apresenta como o terceiro momento temporal de ajuste econômico mais grave observado nas últimas três décadas.

A ampliação do desemprego não se apresenta homogêneo entre os trabalhadores. Mostra-se, por exemplo, mais intenso o seu crescimento para pessoas do sexo feminino, com mais idade, menor escolaridade, na condição de chefe de família, situados nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre e relacionado com as atividades do trabalho doméstico, da construção civil e da indústria.

### Notas

- 1 Para mais detalhes, ver: Proni (2015); Pochmann (2009); Dathein (2005).
- 2 Refere-se ao conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

### Referências

- AMADEO, E. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, A. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. OIT/MET. São Paulo: Editora 34, 1999.
- ARBACHE, J. Informalidade, encargos trabalhistas e previdência social. In: MPS, *Base de financiamento da previdência social: alternativas e perspectivas*. Brasília: MPS, 2003. (Col. Previdência Social, v.19).
- BALTAR, P. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.6, 1996.
- BALTAR, P. et al. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n.3, 2006.
- BELLUZZO, L. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BHADURI, A. Macroeconomic policies for higher employment in the era of globalization. *Employment Strategy Papers*, Genève, n.11, 2005.
- BIONDI, R.; TONEDO JUNIOR, R. O desempenho dos países que adotaram o regi-

- me de metas inflacionárias: uma análise comparativa. *Cadernos Prolam*, São Paulo, ano 4, v.2, 2005.
- BRAGA, R. *A restauração do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CACCIAMALI, M. et al. Crescimento econômico e geração de emprego. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n.12, 1995.
- CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- CARDOSO JUNIOR, J. *A constituição brasileira de 1988 revisitada*. Brasília: Ipea, 2009. 2v.
- CARNEIRO, R. *Reformas neoliberais, estabilidade e estagnação*. Campinas: IE/Unicamp, 2000.
- CHAHAD, J.; MENEZES FILHO, N. *Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. São Paulo: Letras, 2002.
- DATHEIN, R. Teorias econômicas e políticas contra o desemprego. *Pesquisa & Debate*, v.16, n.1, p.121-53, 2005.
- DEDECCA, C. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, M. (Org.) *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.8, 1997.
- GIMENEZ, D. *Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal*. São Paulo: Annablume, 2003.
- ISLAM, I. Superar el conservadurismo macroeconómico para impulsar el crecimiento y el empleo y reducir la pobreza. *Revista Internacional del Trabajo*, Genève, v.124, n.1, 2005.
- KAPSOS, S. The employment intensity of growth: trends and macroeconomic determinants. *Employment Strategy Papers*, Genève, n.12, 2005.
- KREIN, J. Balanço da Reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, M.; HENRIQUES, W. (Org.) *Trabalho. Mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp, 2003.
- MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.10, 1998.
- POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PRONI, M. Teorias do desemprego. *TD*, Brasília, n.256, 2015.
- RAMOS, L. et al. Emprego no Brasil nos anos 90. *TD*, Brasília, n.468, 1997.
- RIFKIN, J. *O fim do emprego*. São Paulo: Makronbooks, 1997.
- SABOIA, J. *Geração do emprego industrial nas capitais e interior do Brasil*. Brasília: Senai, 2005.

SANTOS, A.; POCHMANN, M. O custo do trabalho e a competitividade internacional. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.) *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

SDTS. *O desafio do emprego no Brasil*. São Paulo: SDTS/PMSP, 2003.

SOARES, S. et al. O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. *TD*, Brasília, n.843, 2001.

SOUZA, P. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec; Funcamp, 1980.

URANI, A. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n.35, 1995.

*RESUMO* – O presente artigo trata da evolução da taxa de desemprego no início do ano 2015. Três partes compõem de forma consecutiva e encadeada a partir da premissa de que as mudanças no interior do mercado de trabalho sinalizadas principalmente pelo aumento dos desempregados são geradas fundamentalmente pelo avanço da recessão na economia brasileira. A primeira parte aponta as principais alterações no rendimento e emprego da mão de obra no mercado de trabalho do Brasil metropolitano durante os meses de janeiro a julho de 2015, enquanto a segunda parte descreve brevemente as características mais importantes que decorrem do aumento recente da taxa de desemprego. Por fim, a terceira parte registra comparativamente os reflexos da adoção das políticas de ajustes econômicos no desemprego em anos selecionados durante as últimas três décadas. Dessa forma, constata-se o grau de intensidade atual na evolução da taxa de desemprego com a de outros momentos vividos no país.

*PALAVRAS-CHAVE*: Economia, Recessão, Desemprego, Salário.

*ABSTRACT* – In three consecutive, concatenated parts, this paper examines the evolution of unemployment rates in early 2015, premising that changes in the labor market, signaled mainly by rising unemployment, are fundamentally generated by the growing recession of the Brazilian economy. The first part outlines the main changes in income and employment in the labor markets of metropolitan areas from January to July 2015. The second part briefly describes the most important features arising from the recent increase in unemployment rates. Finally, the third part records and compares the effects of economic adjustment policies on unemployment over selected years of the past three decades, making it possible to assess how intensely the current unemployment rate has evolved vis-à-vis other historical moments.

*KEYWORDS*: Economy, Recession, Unemployment, Salary.

*Marcio Pochmann* é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. @ – marciopochmann@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo, Brasil.

Recebido em 20.9.2015 e aceito em 30.9.2015.

